

# PREFÁCIO DO DOSSIÊ ANTROPOLOGIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Maryelle Inacia Morais Ferreira<sup>1</sup>

O dossiê “Antropologia das relações de gênero: perspectivas em debate”, que enriquece esse número da *Wamon* traz, em seis artigos, um conjunto de diferentes etnografias e abordagens teóricas. São produções que se fazem importantes por refletirem, de algum modo, os desafios das categorias minoritárias socialmente vinculadas ao gênero e suas intersecções dentro da realidade. Mesmo sendo um tema recentemente muito estudado nas ciências sociais, grupos de pesquisas, de estudos e pesquisadoras/es que se dedicam ao tema, ainda hoje enfrentam a invisibilização dos seus trabalhos, sobretudo, diante dos desafios de legitimar suas produções como teoria social e científica.

Em nosso cotidiano, seja pelo preenchimento de formulários de identificação ou a partir de violências vivenciadas, gênero é uma categoria identitária que perpassa as pessoas, as normas e as pesquisas sociais, chegando até mesmo no processo de formulação das políticas públicas no Brasil que se baseia no uso de categorias étnicas, raciais e de gênero. Por este motivo, as produções sociais-científicas buscaram pensar na categoria “gênero” dentro de contextos de hierarquia e de relações de poder, a fim de se aprofundar o entendimento da multidimensionalidade das relações sociais.

Por ser uma categoria ampla, apresenta também dificuldades em relação a inserção no pensamento social e nas universidades, até mesmo na Antropologia. A década de 1960 é considerada um período paradigmático na ciência, em que as teorias com discussões sobre raça, gênero, etnia e classe começam a emergir a partir da “teoria crítica”. Essas discussões foram aumentando no fim do século XX, início do XXI, atreladas ao momento de expansão dos movimentos sociais feministas. Sendo um momento histórico na produção do conhecimento, na sua relação crítica com a colonização, fez eclodir publicações de feministas latino-americanas seguindo discussões descoloniais, e posteriormente decoloniais, formuladas para teorizar o campo político e militante. É justamente neste momento que a localização da corporalidade e as relações de poder passam a ser estudadas em campos, inicialmente racistas e sexistas como o campo do saber (MIGNOLO, 2004).

De lá para cá, vários questionamentos mostraram-se insurgentes e os estudos de gênero nas ciências sociais levaram, inclusive, a repensar o distanciamento entre a produção do conhecimento e da realidade dos sujeitos sociais, suas problemáticas e, sobretudo, suas ações políticas. Dado o período de expansão das universidades, iniciado nos anos 2000, assistimos, no Brasil, um novo paradigma no campo dos

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. E-mail: marymoraisantropo@gmail.com

estudos sobre gênero e relações étnicas raciais. Militantes de movimentos feministas, movimentos LGBTQI+, movimentos negros e movimentos indígenas passaram a ocupar os espaços institucionais de construção do saber e levaram novos questionamentos às pesquisas. Os trabalhos, desde então, passaram a considerar o porquê da oposição entre campos acadêmicos e campos tidos como militantes; o porquê de a academia ser mais legitimada que esses espaços de ação política.

Esta divisão entre a universidade, marcada pelo saber legítimo, e as relações do mundo real, cotidiano, como destaca Mignolo (2004), está no surgimento da construção da ciência, sendo as vertentes feministas e étnico-raciais as maiores responsáveis pela crítica desse viés a partir da própria ciência, identificando-a como um saber fundamentado em hierarquias subalternizantes de populações (MIGNOLO, 2004). Sendo a universidade legitimada e construída como um lugar que busca estritamente a verdade em oposição às ideologias e ações políticas, são justamente as pesquisas nas ciências sociais, com os temas sobre gênero e raça, que criam pontes para a construção de uma ciência mais crítica, mais corporificada e mais localizada nos termos de Mignolo (2004). Na história da ciência, a produção do conhecimento sempre foi vista como neutra e, em contrapartida, os estudos sobre gênero que englobam feminismos, intersecções, sexualidade e diversidades estão centrados na corporalização do conhecimento. Estes, por sua vez, enfrentaram, e ainda enfrentam, atribuições de inferiorização, sendo considerados apenas como produção complementar e de menor importância social. Os anseios da ciência por teorias gerais, mais uma vez, relegaram estes estudos a uma posição de ausência de neutralidade e de objetividade científica, que se defendia na época.

No Brasil, a produção é dada pela própria corporalidade de sujeitos, que antes não participavam dos “espaços de poder” nas universidades. A inserção de mulheres na ciência em um primeiro momento, e, posteriormente, de pessoas negras e indígenas, traz à tona as discussões que deslocam os sujeitos nos Estudos Subalternos, onde passam de objetos pesquisados para pesquisadoras e pesquisadores pertencentes aos países colonizados. Neste caso, os estudos sobre as relações de gênero tornaram-se um dos primeiros locais de rompimento desta separação entre espaço de poder objetivo e científico e espaço político e corporificado, mostrando como as pesquisas necessitam de uma corporalidade. Neste sentido, sujeitos, como mulheres, gays, lésbicas, pessoas trans e homens, se tornaram corpos epistêmicos. No dossiê em questão, temos de forma visível a localização dos corpos marcados em pesquisas, cujos temas não foram arbitrariamente escolhidos, mas carregam memórias das inquietações cotidianas respaldadas, justamente, nas opressões vivenciadas. Em sua construção, há autores e autoras que, escrevendo na América Latina e a partir dela, trazem, em forma de texto, os apagamentos legitimados pela história colonial.

A “localização” da pesquisa e dos sujeitos é apontada por Haraway (1995) na proposta de realizarmos uma ciência situada que, em vez de um olhar “objetivo”, invisibilizador de pessoas, tenha um olhar identitário para localizar posições políticas de interesse, demonstrando que qualquer produção de conhecimento é situada e apta a inserir inter-relações entre sujeitos e interesses político-econômico-sociais. No Brasil, Cecília Sardenberg (2014) e Lia Zanota (1998) mostram como o tema “gênero” se inicia nas universidades graças ao “estudo da mulher”. Por vezes, afirmar e pesquisar “mulher” eram vistos como “processos específicos menores” e identificados como “diferentes” quando comparados a uma produção científica sem “rostro e corpo”.

Cecília Sardenberg (2002) aponta, ainda, que gênero também foi usado, contraditoriamente, como categoria neutra, em relação às pesquisas que eram sobre mulheres ou feminismo, de forma que o uso da categoria “gênero” desse à pesquisa um aspecto de maior seriedade e, portanto, mais objetiva. Tal ato demonstra que a homogeneização dentro das universidades e o apagamento de produções, declarada-

mente localizadas, numa proposta de neutralidade acadêmica separada de questões políticas (OLIVEIRA, 2015). Assim, o gênero como categoria analítica veio com mais aceitação no campo do saber/poder por inserir uma relação de “neutralidade” que outras categorias como, “mulher”, “feminismo” e “masculinidade” não tinham, graças a um processo de hierarquização científica. É possível compreender que a própria construção da legitimidade da produção está cunhada em uma aversão ao feminismo e a representação de mulheres na ciência: “o androcentrismo solidificado por discursos de neutralidade e objetividade coloniais” (OLIVERIA, 2015, p. 27).

Na antropologia, a desconstrução da objetividade se desdobrou, principalmente, na crítica às hierarquias hegemônicas e nos pares de oposição criados pelo Ocidente, de modo que as teorias sobre gênero serviram, também, para pensar em um reposicionamento do sujeito como um ser histórico, social e técnico. Haraway (1998) insere sua perspectiva feminista na discussão sobre as relações de gênero ao problematizar os significados dos binarismos ocidentais sobre realidades outras de experiências femininas e, deste modo, desconstrói as categorias “gênero” e “sexo” como elementos orgânicos, ou consoantes por natureza. As críticas às categorias totalizantes da ciência estão na maneira como nossos corpos são adestrados pelos conceitos ocidentais. Foi nesse sentido que a antropologia do gênero, a partir da década de 1980, buscou promover uma nova maneira de perceber a identidade de gênero, resultando em uma percepção não naturalizada. A categoria “gênero” não deve ser encarada como natural, pois delimitar o “ser mulher” delimita também as possibilidades de vida dos seres humanos e as regula no sentido de reafirmar a ordem do patriarcado. Para Haraway (1998), os dualismos: natureza/cultura, civilizado/primitivo, público/privado, entre outros, presentes na tradição ocidental, têm agência prática na dominação das mulheres.

Os estudos de gênero na Antropologia estão posicionados, justamente, em criticar a homogeneização que esperava desta categoria, usadas para enquadrar as pesquisas com temas sobre mulheres e feminismos. A universalização do ocidentalismo e do colonialismo, além inferiorizar as pesquisas mais localizadas e corporificadas, tende a incidir sobre as interpretações de gênero, criando um binarismo opositor na distinção entre masculino e feminino (STRATHERN, 2008). O que as novas pesquisas na antropologia das relações de gênero estão propondo é, pois, trabalhar no varejo de significados e de proposições que as categorias “homem”, “mulher”, “feminismo”, “sexualidade” e “raça” remetem e, ao mesmo tempo, trabalhar na sua flexibilidade. A Antropologia nos possibilita uma crítica ao procedimento científico que, por muito tempo, estabeleceu oposições entre ação política e ação científica neutra, sujeito pesquisador e objetivo pesquisado. De tal maneira, relegou o papel da mulher à mera condição de objeto, ligada a natureza e, portanto, sem jamais poder ocupar posições de poder na ciência.

No bojo desta discussão que estão inscritos os trabalhos deste dossiê, sendo, portanto, instrumentos etnográficos focados na superação crítica das hierarquias e das relações de poder. As produções deste volume são frutos das mais diversas pesquisas dentro da linha de estudos do gênero e traduzem a luta de pesquisadoras/es e acadêmicas/os pela corporificação da ciência e o esforço para dar vozes aos temas historicamente diminuídos no campo de saber. Essas/es pesquisadoras/es, certamente, estão trazendo para o campo científico as marcas de suas experiências enquanto sujeitas/os de pesquisa e sujeitas/os pesquisadoras/es. Logo, este volume, antes de tudo, é um compêndio de marcas identitárias e políticas na produção da ciência.

O primeiro texto deste volume é de Gilmaria Pinheiro de Andrade e Cláudio Travassos Delicato e lança um olhar sobre a “A representação social da mulher e a cultura do machismo”. Trata-se de uma aná-

lise antropológica e histórica dos discursos construídos em torno das relações de gênero no ocidente. Os autores fazem um enlace entre revisão literária sobre as categorias gênero e os dados estatísticos da violência contra a mulher no Brasil. Assim, confirmam questões suscitadas nesta apresentação ao demonstrarem que o processo de construção das masculinidades e das feminilidades evidencia uma representação social do papel de inferioridade atribuído às mulheres ao longo da história, frente a uma cultura patriarcal. A afirmação da cultura do machismo é apresentada na descrição de como as construções discursivas da masculinidade e da feminilidade permeiam nossas relações sociais, subjugando e segregando os indivíduos de acordo com os estereótipos de suas condições biológicas.

Continuando esta linha de análise histórica sobre a representação social da mulher, o segundo artigo deste volume traz uma discussão mais localizada voltada a pensar as mulheres no cenário musical da cidade de Manaus. “A formação moral, cultural e educacional das mulheres nos séculos XIX e XX e suas implicações na invisibilidade das compositoras de Manaus” da mestrande e musicista Klissy Kely Guimarães é uma produção crítica-reflexiva sobre a história da cidade de Manaus. A pesquisa mostra como a invisibilidade da mulher compositora nos dias atuais está estritamente ligado à forte influência do catecismo positivista centrada na figura da mulher subserviente ao homem “como forma de manutenção da ordem na sociedade”. Um artigo de suma importância para acrescentar às reflexões do leitor a respeito da atuação do colonialismo ocidental sobre construção social da mulher. Neste caso empírico o olhar se direciona para as formas de dominação sofridas por mulheres brancas de famílias tradicionais da capital amazonense.

Para coadunar com a ideia de que as teorias e estudos de gêneros devem ser acompanhados de intercessionalidade, a diversidade deste dossiê proporciona ao leitor discussões sobre relações de gênero atravessadas por marcadores de raça e classe em diferentes realidades. O terceiro artigo “Líderes femininas em comunidades quilombolas de Oriximiná Pará: ‘Negas que desatam nós’”, diferentemente dos contextos de campo apresentados acima, está fazendo uma análise sociológica da ascensão de mulheres negras como lideranças em associações comunitárias quilombolas sobre como essas mulheres rompem o silêncio e produzem discursos contra-hegemônicos. Ana Caroline Albuquerque Soares apresenta o leitor com narrativas de mulheres negras contando sobre suas experiências na luta por direitos territoriais. Seus conhecimentos orais fazem dessas mulheres porta-vozes de suas próprias histórias, rompendo o silenciamento e a invisibilidade. A trajetória de cada liderança feminina é contada em uma polifonia textual onde vozes das diferentes interlocutoras se entrelaçam com a da autora, de modo que suas falas insurgentes mostram suas resistências.

Seguindo as discussões sobre práticas de resistências femininas deste volume, Denis da Silva Pereira e Suelem Maciel Pereira trazem um estudo construído a partir de relatos de estudantes egressas e atuais; de professoras e técnicas administrativas do curso de educação agrícola do IFAM. Os autores levantam o debate sobre o androcentrismo na educação agrícola do Amazonas, aonde a relação assimétrica de gênero nega a luta das mulheres pelo direito ao acesso à educação profissional agrícola. O texto é recortado por memórias de mulheres que cotam sobre seus processos de dor, invisibilização e luto no processo de formação profissional que provocou afetação nos pesquisadores. O conjunto de sentimentos que perpassa as histórias contadas pelas interlocutoras e o reposicionamento dos pesquisadores enquanto sujeitos envolvidos faz do artigo uma importante contribuição metodológica para a produção do conhecimento sobre relações de gênero.

Em seguida, Violeta Salazar, analisa os cursos e percursos da maternidade de mulheres acadêmicas. “Estudo da maternidade em mulheres cientistas profissionais de camadas médias no Norte do Bra-

sil” é uma etnografia realizada a partir de experiências de várias mulheres cientistas e mães. A culpa materna instituída na mulher contemporânea é fruto dos novos rumos que o patriarcado tem tomado no Ocidente. Deste modo, o artigo ilustra a realidade de dois arranjos familiares em que as mulheres lidam com o sentimento de insuficiência produtiva e reprodutiva. Em suas palavras: “As mulheres que participaram da pesquisa, referem-se a uma sensação de não estarem sendo tão produtivas quanto precisariam ser” (p. 92). As narrativas de duas entrevistadas e as experiências de outras mulheres compartilhadas nas redes sociais compõem esta etnografia que vai sendo tecida pelo olhar político da autora e dando forma à crítica sobre a histórica proeminência masculina na ciência.

“Desde hace años mi preocupación, tanto teórica como política, ha girado sobre las ‘problemáticas’ de la homosexualidad por mi propio reconocimiento y formas de enunciarme sistemáticamente como tal; narrarme para mí fue un acontecimiento en lo más sustancial de la palabra”. Com esta frase apresentada logo na introdução de seu texto, Francisco Hernández Galván se localiza em sua etnografia, trazendo uma reflexão analítica sobre os deslocamentos e as migrações na trajetória de homens homossexuais a partir, também, de sua própria experiência. Como antropólogo, busca tencionar as maneiras pelas quais a sexualidade, o corpo, o espaço e a identidade se entrelaçam. O texto escrito em primeira pessoa conduz o leitor a um trânsito pela subjetividade do autor e diferentes experiências, possibilitando compreender como os diferentes discursos sobre a sexualidade operam na produção da identidade. É uma pesquisa sobre como as vivências no campo da socialidade, por meio dos deslocamentos, abrem espaços de construção de histórias e formas diferenciadas de assumir a sexualidade.

## Referências

- ANZALDÚA, Glória. “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo”. Trad. de Édna de Marco. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, v. 8, n. 1, 2000. pp. 229-236.
- APARECIDA OLIVIERA, Elismênnia. *Produção de conhecimento feminista em universidades brasileiras*. Dissertação (mestrado em Sociologia). Goiânia: UFG, 2015.
- HARAWAY, Donna. “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: UNICAMP, n. 5, 1995. pp. 07-41,
- HARAWAY, Donna. *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature*. London: Free Association Books, 1998.
- MACHADO, Lia Zanota. “Gênero, um novo paradigma?” In: *Cadernos Pagu*. Campinas: UNICAMP, v. 11, 1998. pp. 107-125.
- MIGNOLO, Walter. “Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistêmica”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004. pp. 667-709.
- SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. “Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?” In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (org.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIN-FFCH/UFBA, 2002. pp. 25-38.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. “Migrações Perigosas: As (des)venturas semânticas do conceito de gênero nos projetos e políticas para mulheres no Brasil”. In: GONÇALVES, Eliane; VANNUCHI, Maria Lúcia; TRÓPIA, Patrícia Vieira; TOSTA, Tania Ludmila Dias (org.). *Iguais? Gênero, trabalho e lutas sociais*. Goiânia: Editora da PUC-Goiás, 2014. pp. 1938

STRATHERN, M. *O gênero da dádiva*. Campinas: UNICAMP, 2008.